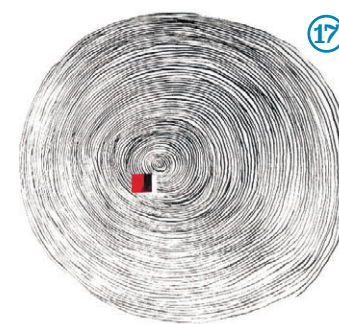


# // CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO

○ INTERIOR



## AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

### ASSOCIADO CONVIDADO



POR

**Clemente Pedro Nunes**

Professor catedrático  
do Instituto Superior Técnico

## O Interior rural e o desafio de desenvolver Portugal



As políticas públicas dos últimos anos hostilizaram quem vive e investe no Interior rural, em especial nos minifúndios do Norte e Centro

Lutar pelo desenvolvimento de todo o território nacional é um dever de todos os portugueses e, por isso, tenho muito gosto em participar nesta excelente iniciativa.

Para garantir o desenvolvimento com coesão territorial, é urgente desde logo inverter as políticas públicas que nos últimos anos hostilizaram quem vive e investe no Interior rural, e em especial nas zonas do minifúndio do Norte e Centro.

É chocante verificar que, na sequência do trauma nacional provocado pelos trágicos incêndios rurais de 2017, o resultado prático das políticas públicas entretanto tomadas foi o de massacrar ainda mais as populações do minifúndio com uma política de coimas e restrições burocráticas sem qualquer enquadramento estratégico.

A louvável iniciativa do presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, de celebrar o Dia de Portugal de 2024 nos concelhos mártires de Pedrógão Grande, Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos infelizmente não conduziu ainda a nada de concreto.

Parece existir uma grave falha de decisão relativamente ao Interior rural. E essa falha é evidente no mercado político, em que os governantes se preocupam excessivamente com os grandes centros urbanos do litoral, pois é aí que vivem os eleitores que dão os votos que permitem conquistar o poder!

O desafio de desenvolver Portugal com coesão territorial exige um novo paradigma das políticas públicas destinadas ao Interior rural.

A gravidade da situação a que se chegou, aconselha que se crie uma drástica discriminação positiva transversal relativamente a todos os que trabalham e investem no Interior.

O estímulo à atividade empresarial é a melhor forma de criar empregos sustentáveis no Interior rural, fortalecendo o tecido socioeconómico nessas regiões.

Em especial reforçando a malha das pequenas e médias empresas aí existentes, o que estimula o empreendedorismo das novas gerações, que assim têm motivos para se fixar nestas regiões duramente afetadas por uma acentuada desertificação humana.

Para esse efeito, a taxa de IRC que se aplica às PME com atividades no Interior deve ser reduzida para 5%, até um limite de 100 mil euros de lucros tributáveis. Igualmente o IRS de quem trabalha no Interior deve ter taxas reduzidas, à semelhança do que já se faz para os jovens.

Em termos de políticas setoriais, e dado o trauma provocado pelas tragédias dos incêndios rurais de verão, a prioridade terá de ser a instalação duma rede de parques de recolha de biomassa localizados nos concelhos de maior densidade florestal. O investimento necessário deve ser apoiado com verbas do PRR e do Portugal 2030, e a sua operação deve ser financiada pelo Fundo Ambiental para que os proprietários rurais que aí coloquem biomassa possam receber uma compensação financeira pelos custos da respetiva recolha e transporte.

Sendo estes proprietários obrigados, por lei, a cortar, a suas expensas, árvores e arbustos nas zonas de proteção de estradas e aldeias, é urgente que isso seja integrado numa estratégia que envolva todo o Interior rural, e duma forma economicamente sustentável.

Estes parques permitirão também que esta biomassa seja depois vendida nas melhores condições, beneficiando o conjunto nacional.

Desta forma evita-se a propagação dos incêndios rurais, retirando dos terrenos o material combustível em excesso, pelo que estes parques são essenciais para que o nosso país alcance o objetivo político da neutralidade carbónica em 2050.

O desenvolvimento de Portugal só se pode fazer fomentando as potencialidades do Interior.

Todos os portugueses, incluindo os do litoral, só têm a ganhar com políticas que aproveitem tudo o que o Interior tem para oferecer, em termos económicos e ambientais.